

O FRACO DESEMPENHO DOS ESTUDANTES NO ENSINO SUPERIOR NA GUINÉ-BISSAU: A HERANÇA DO ENSINO BÁSICO

BARRETO, Augusto Gomes ¹

RESUMO

Apesar de algumas ações de reformas que tem a ver com a inovação de práticas pedagógicas e ajustes de currículo à realidade sociocultural do país a educação guineense não pode ser considerado um modelo adequado de formação, pois o aluno guineense se depara com uma realidade de ensino-aprendizagem diferente da que será exigida na prática profissional. O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre o fraco desempenho e as dificuldades de adaptação a vida acadêmica enfrentado pelos estudantes do ensino superior na Guiné-Bissau. Como metodologia foi utilizando o levantamento bibliográfico e entrevistas para coletar dados com seis alunos e quatro professores do ensino superior, possibilitando uma pesquisa exploratório com análise qualitativa. Os dados apontaram que os estudantes não têm hábito de leitura e de produção argumentativa, sendo que eles não dominam a língua oficial. O fracasso do sistema geral de ensino é apontado pelos docentes como o responsável pelo fraco desempenho dos estudantes do ensino superior.

Palavras-chaves: Ensino Superior. Estudantes. Conhecimento. Guiné-Bissau. Sistema do Ensino.

ABSTRACT

Although some actions of reforms that have to do with the innovative teaching practices and curriculum adjustments in Guinea-Bissau, the reality of students across the Guinean education can not be considered an appropriate training model, as the Guinean student encounters a different teaching and learning of reality that will be required in professional practice. This paper aims to reflect on the poor performance and the difficulties of adapting the academic life faced by higher education students in Guinea-Bissau. How methodology was using the literature and interviews to collect data with six students and the higher education teachers, allowing exploratory research with qualitative analysis. The data showed that students do not have reading habit and argumentative production, and they do not master the official language. The failure of the mainstream education system is targeted by teachers as responsible for the poor performance of students in higher education.

Keywords: Higher Education. Students. Knowledge. Guinea-Bissau. System Education.

¹ Mestre em Educação e Sociedade (ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa) Graduado em Ciências Sociais (UFPE- Brasil), quadro superior do Ministério da Educação Nacional e Docente universitário na Guiné-Bissau. E-mail: goobarreto@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O Ensino Superior como um loco de construção e reconstrução do conhecimento, é de importância transcendental para todos os países do mundo na medida em que o conhecimento tornou-se nos últimos tempos, um paradigma fundamental para o progresso das sociedades, para a competitividade individual e entre as nações.

Para cumprir o papel de construtor do conhecimento, o ensino superior precisa desenvolver e consolidar no estudante o senso crítico e o espírito criativo, componentes chaves para a construção do conhecimento. Mas o pensar reflexivo e crítico não devem iniciar apenas a partir do ingresso do estudante no ensino superior, eles devem ser o pressuposto de todo o processo de socialização escolar que começa desde o ensino básico ao superior, ou seja, as escolas não devem ser apenas lugares de transmissão de conteúdos, elas devem ensinar o aluno a pensar, a questionar, a inovar e a produzir um conhecimento novo.

Na Guiné-Bissau, apesar de algumas ações de reformas que tem a ver com a inovação de práticas pedagógicas e ajustes de currículo à realidade sociocultural do país, a educação guineense não pode ser vista como uma educação libertadora segundo o modelo de Paulo Freire, ou seja, não é uma educação que estimula o aluno à reflexão. Neste sentido, sala de aula é protagonizada por uma figura de professor comandante, aquele que sabe tudo, e por assim ser, tem o privilégio de estar a frente da classe para transmitir o seu saber sem ser contraposto ou questionado por seus alunos, cujo papel é memorizar a aula e reproduzi-las no dia da prova.

Ao entrar no ensino superior, o aluno guineense se depara com uma realidade de ensino-aprendizagem diferente da que será exigida na prática, em relação a leitura crítica e exploração do texto, do debate das ideias e da produção do saber. Assim, encontra-se atualmente um aluno munido de experiências e expectativas mínimas para executar as tarefas que não lhe são habituais. No entanto, o trabalho de construção do conhecimento no ensino superior que se realiza entre o professor e o aluno e não com a participação de um sem o outro, torna-se muito deficiente porque a parte que cabe aos estudantes nesta dinâmica não funciona eficazmente declinando a própria qualidade de formação, ainda que as

razões da baixa qualidade da formação no país podem ser encontradas em outras fontes.

Assim, este artigo tem como objetivo refletir sobre o fraco desempenho e as dificuldades de adaptação a vida acadêmica enfrentado pelos estudantes do ensino superior na Guiné-Bissau. Para tanto, como procedimentos metodológicos foi realizado o levantamento bibliográfico de caráter exploratório e pesquisa de campo com aplicação de entrevistas com seis estudantes do primeiro ano de cursos de licenciatura e quatro docentes de diferentes instituições do ensino superior.

Portanto, este trabalho procura chamar a atenção que o fraco desempenho dos estudantes do ensino superior na Guiné-Bissau em relação aos ofícios esperados, deve ser buscado na degradação do sistema de ensino desse país.

1. O AMBIENTE DO ENSINO E APRENDIZAGEM NA GUINÉ-BISSAU

O país herdou o seu sistema educativo do Estado colonial que desapareceu em 1973 com o fim da luta armada na Guiné e a revolução militar de 25 de abril de 1974 em Portugal. Durante o período de reconstrução nacional, como foi caracterizado os primeiros anos da independência, o setor da educação preocupou-se, principalmente, com o alargamento da abrangência escolar de modo a contrariar o sistema escolar colonial que "era essencialmente urbano, elitista e discriminatório" (FURTADO, 2005, p. 329).

Neste período é reconhecida a tentativa da massificação do ensino, criando escolas em vários pontos do país onde elas não existiam, dando oportunidades de participar da educação escolar às diversas camadas sociais, que até então, estavam excluídas desse processo. Este árduo trabalho de reconstrução do sistema educativo depois da independência foi por Semedo (2011, p. 18) da seguinte forma:

Faltaram infraestruturas condignas (as barracas, chamadas salas provisórias, foram a solução), careceram professores com formação ajustada e domínio de metodologia adequada aos vários graus de um sistema de ensino em construção (deitou-se mãos aos finalistas do liceu, que foram organizados em brigadas pedagógicas e espalhadas por todo território nacional).

De fato verifica-se uma grande expansão da escolarização durante os primeiros anos da independência atingindo 100 mil alunos em 1977. Durante a década 1980, registou-se um período de desalento na educação em que o sistema perdeu cerca de dez mil alunos. Com a democratização do ensino a partir dos anos

1990, evidenciou-se uma forte procura pela educação escolar em todo o país (BARRETO, 2012, p. 29a).

Apesar da melhoria em termos da abrangência escolar e as recentes ações de reformas no âmbito de enquadramento legal do sistema e da sua gestão, da formação de professores e da mudança curricular, o sistema educativo guineense ainda continua bastante distorcida e sem recursos necessários para o seu funcionamento. De acordo com Barreto (2012b), os recursos pedagógicos, incluindo manuais escolares, são de difícil acesso e continuam a predominar processos de ensino pouco criativos. A metodologia do ensino e aprendizagem continua ser a da escola tradicional, isto é, um professor que narra as aulas e um aluno que repete o conteúdo narrado pelo professor.

No trabalho específico sobre o ensino da língua portuguesa na Guiné-Bissau, Cruz (2013, p. 35) constatou que "o ensino da língua portuguesa é desenvolvido por processos didáticos que assentam na repetição e na memorização". Apesar de este trabalho ter focalizado somente uma disciplina, não é nenhum exagero estender esta observação à todas as disciplinas ministradas no ensino básico e secundário do país. A rotina das salas de aula guineense começa comumente com um professor ditando os apontamentos que os alunos vão escrever no caderno, precedido da explicação oral da matéria pelo professor, que em poucas vezes depois da explanação, solicita a apresentação das dúvidas pelos alunos. As provas são elaboradas sem o sentido de provocar a reflexão e a imaginação do aluno, sugerindo assim a simples reprodução do conteúdo transmitido pelo professor como respostas as questões da prova.

De acordo com Couto e Embalo (2010, p. 41) em "regra geral, na Guiné-Bissau, os alunos decoram frases mecanicamente, sem nenhum senso crítico". O perigo deste tipo de ensino é que os alunos retenham apenas as informações necessárias para um objetivo determinado que é ser aprovado, portanto, sem a preocupação de compreender essas informações como o primeiro passo para sua utilização prática, isto é, relacionar essas informações com os outros dados já adquiridos e utilizá-los em contextos diferentes.

Muitos autores observam essa prática pedagógica tradicional como um problema ligado à própria formação inicial de professores na medida em que, por um lado, na própria escola de formação de professores "falta a estimulação para a

autocrítica e a inovação, a preparação para a mudança, para o desenvolvimento de conhecimentos de forma autônoma e a troca de experiências" (CANDE, 2008, p. 53). Por outro lado, há de se reconhecer, que o fraco nível de formação dos nossos professores reflete diretamente nas práticas pedagógicas desenvolvidas por estes.

Na entrevista realizada, um dos professor, denominado de forma fictícia de Prof. RY, diz o que segue:

Eles não estão habituados de fato a reflexão e argumentação. Até porque o aluno guineense não tem esta destreza de produção argumentativa, eles gostam mais de respostas diretas e incisivas. Os próprios professores que nós temos estão habituados também no processo de formação a respostas diretas, quando vão ao sistema como docentes também entram com esses tipos de questões e o aluno aí só tem respostas telegráficas, portanto não há espaço para argumentação.

Neste sentido, Cruz (2013, p. 34) destacou que

Na falta duma sólida preparação – que não é proporcionada na sua formação inicial – os professores de Língua Portuguesa escamoteiam certos conteúdos e frequentemente aplicam-se em ações que visam evitar que haja alunos autônomos, capazes de questionarem algo que ponha a sua autoridade em risco.

Quando a formação de professores não está voltada para uma prática reflexiva, isto é, os professores não refletem sobre suas ações, não há espaço para a reformulação das práticas pedagógicas nem a inovação educativa pois, a pratica reflexiva para os professores significa:

Um espaço em que estes tomam consciência do seu próprio trabalho, analisando e interpretando a sua própria prática pedagógica, aprendendo a justificar como, porque e para quem produzem o seu trabalho ou seja, defende que a reflexão sobre o trabalho tenha implicação direta nos métodos e conteúdos do ensino, nas competências desenvolvidas pelos alunos, nos fatores que inibem a sua aprendizagem e nos processos de avaliação (CANDE, 2008, p. 16).

Como pode um professor que não tem a cultura de refletir criticamente sobre o seu trabalho, sobre os métodos do ensino que utiliza estimular o aluno a fazê-lo sobre a sua aprendizagem e sobre a realidade que o envolve?

Na verdade a construção de um ensino que prepara os alunos para enfrentar um mundo em mudança em que o conhecimento (sobretudo um conhecimento reflexivo) e as aptidões são elementos fundamentais para o florescimento humano,

passa pela atualização das práticas pedagógicas, isto é, "renovar a didática e a dinâmica da aula e da escola será ponto primordial da construção de uma educação que vise a construção do pensamento crítico do aluno" (PRAÇA, 2013, p. 27).

2. AS FORMAS DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM COMO UM HÁBITO

As formas de ensinar e de aprender também podem ser habituados já que decorre de um processo, isto é, o professor se agarra na sua metodologia de ensino aprendido no processo de formação e aplicado normalmente na sua classe, e os alunos incorporam a forma de aprendizagem decorrente do método do ensino praticado por seus professores.

Parece que os alunos estão habituados sobremaneira aos modos de aprendizagem praticados nos ensinos básico e secundário e aos métodos monótonos de avaliação vigentes nas escolas por isso sentem dificuldades em adaptar-se aos modos diferentes de ensino e aprendizagem no ensino superior.

O ensino nas universidades parece distinguir-se de outros níveis do ensino por ser menos rígido visto que um docente universitário não é um controlador do aluno. Trata-se de um ensino mais livre que tem como finalidade treinar o estudante para atuar numa área de saber. Dizer que a finalidade desse modo do ensino é treinar o estudante, significa que o estudante deve entrar para o ensino superior com uma certa base de conhecimento e dosada de uma vocação, a fim de receber o treinamento universitário com mais destreza.

Este docente universitário, ficticiamente denominado de Prof. IS, descreve a situação da seguinte forma:

Os alunos saem do básico e secundário sem o hábito de ler e de escrever e entram assim mesmo para as universidades. Mas na universidade não há polícia, digamos não há um professor controlador, mas no básico existe o professor que controla que tem possibilidade de imprimir rigor sobre a aprendizagem do aluno é ali que os alunos podem e devem aprender e não na universidade.

É habitual nas universidades, que os estudantes tenham o conhecimento prévio do assunto da aula através da leitura do material (livro ou manual) disponibilizado pelo docente ou pela instituição. Esta condição exige do estudante o hábito da leitura e capacidade de concentração para poder interagir com a turma, ainda numa aula no ensino superior é normal que a transmissão da matéria seja

feita com a ajuda dos instrumentos e recursos da nova tecnologia como o projetor, o vídeo, a vídeo-conferência.

Portanto, a dinâmica das aulas nas instituições do ensino superior não permite que a transmissão do conteúdo seja através do processo de transcrição para o caderno de apontamentos ditados pelo professor. Aliás, atualmente esta prática não é aconselhada em níveis mais baixos do ensino, o livro ou manuais das disciplinas é o instrumento mais eficaz para o apoio da aprendizagem. Por outro lado, os alunos têm que basear os seus estudos nos instrumentos mais seguros como o livro e não o apontamento do caderno. Ferreira (2007, p. 22) alerta para a negatividade deste processo, dispondo que:

Se o professor "dá matéria" ditada, ou no quadro, o aluno pode ouvir mal ou deixar de anotar certo. Isto, fatalmente, vai provocar aprendizagem incorrecta. Além disso matéria ditada ou escrita no quadro quase sempre é tão resumida que é difícil de levar o aluno a compreender. Resta a ele decorar. Matéria decorada serve para a prova e não para a vida.

No trabalho, pode-se notar que algumas aulas no ensino superior ainda decorrem por intermédio do professor leitor e o aluno escritor de apontamento ditado por seu mestre, conforme relata o aluno, denomina neste trabalho como AD, a saber:

Aqui é diferente com o liceu. Os professores aqui dão-nos textos para ler em casa e depois fazer interpretação. Aqui na Universidade são alguns professores que ditam apontamentos para nós escrevermos, só temos dois professores que fazem assim: o professor de português e o de ciências políticas.

Complementando, o aluno CO, segue discorrendo que:

Temos diferentes professores assim também eles usam métodos diferentes. Há professores que entregam-nos manuais para trabalharmos nas aulas e há professores que ditam apontamentos e os alunos escrevem no caderno para depois explicar num outro dia as vezes faz explicação no mesmo dia depende do tempo e do tamanho da matéria.

Também, seguindo o mesmo pensando, o aluno denominado de BF, diz: "Tenho um só professor que dita apontamentos para os estudantes escreverem, os outros nos dão textos para fazermos cópias".

Os alunos podem estar habituados a receber conteúdo de uma determinada forma ao ponto desta, passar a ser a melhor metodologia do ensino-aprendizagem do ponto de vista dos alunos, assim, o aluno LA relatou na entrevista que:

Professores que ditam apontamentos para os alunos escreverem são melhores para mim porque enquanto estou a escrever estou também a compreender a matéria e ainda depois o professor vai explicar essa mesma matéria.

Também, foi possível analisar as entrevistadas dos alunos BF e AD, respectivamente, sendo que o primeiro afirma: "Eu gosto mais do professor que dita apontamentos porque eu compreendo com mais facilidade porque no momento que ele está a ditar apontamento eu já estou a entender muitas coisas". O segundo entrevistado, complementa essa linha de pensamento e dispõe que: "Eu gosto mais do professor que dita apontamento, porque a cópia as vezes sai escura fica difícil para fazer leitura já no caderno é mais fácil entender o que eu mesma escrevi".

Um processo de ensino- aprendizagem baseado nessa forma não permite que os alunos adquiram o hábito de leitura, o caderno com apontamentos das aulas quase é o único "material de leitura" que eles têm. A leitura do apontamento do caderno é uma leitura minúscula porque é resumo de um texto original feito pelo professor ou outro elemento interveniente do processo do ensino.

A leitura é fundamental para a aprendizagem, além de melhorar o conhecimento linguístico do aluno, de alargar e diversificar o seu conhecimento geral, a prática da leitura permite dinamizar o raciocínio e a interpretação. Portanto, a leitura é de extrema importância para o progresso do estudante no ensino superior. De acordo com os autores Negrão (2004) e Oliveira (2009) a leitura na universidade deveria ser uma prática assídua e constante a todos que ingressassem, porque somente pela leitura as atividades acadêmicas serão desenvolvidas.

Mas, a não proficiência dos estudantes em termos da leitura não se deve apenas a ausência do ensino voltado para incentivo de leitura mas ao déficit da língua portuguesa que os estudantes guineenses apresentam. A leitura não é uma atividade fácil, principalmente na posição do estudante universitário em que o estudante passa a ser sujeito ativo do que lê, isto é, o estudante deixa de ser o recetor passivo para interagir com o texto moldando a sua visão crítica sobre o

assunto lido, portanto, ler no mínimo, exige um certo grau de proficiência da língua em que se vai ler.

Segundo Luckesi et al (2000), a leitura é um processo que se faz dinamicamente na prática do leitor, ou seja, processa simultaneamente a decodificação mecânica de símbolos gráficos, entende a mensagem, posicionando-se criticamente sob ela.

Nas entrevistas realizadas com os professores universitários, denominados de Prof. AD, Prof. AS e Prof. RY, verificou-se a seguinte situação da língua portuguesa no contexto dos estudantes de ensino superior, como segue respectivamente apresentado abaixo:

Os alunos não percebem a língua portuguesa. Leem mas não compreendem o texto, alguns alunos não escrevem o português correto. Como é que um estudante que não escreve e nem fala correto a língua portuguesa pode compreender e interpretar um texto nesta língua?

As vezes compreendem melhor quando a explicação é na língua crioula, eu já tive essa experiência. Por vezes (...) é preciso desenhar bem as coisas para fazer alguns alunos compreender em língua portuguesa.

Mandei os construir frases no presente do indicativo com os verbos ser e ir... não foram capazes de fazer isso (...) com as provas, o professor que quiser ser sincero corrija aquilo mal, as vezes o que acontece é que os professores não corrijam tendo em conta o erro linguístico, corrijam mais tendo em conta a percepção que o aluno tem mesmo cometendo os erros o professor deixa passar os erros linguístico e olha só para o sumo da resposta.

Como pode-se verificar nas entrevistas com os professores, a falta de hábito de leitura que os alunos guineenses possuem está ligado a baixa proficiência destes na língua portuguesa, e isso reflete diretamente na aprendizagem das diversas disciplinas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sucesso do estudante na universidade depende fundamentalmente do seu conhecimento anterior - a bagagem intelectual que ele traz do ensino secundário para o ensino superior. O aluno que anteriormente tiver uma carreira escolar coroado de insucesso terá limitações para acompanhar o treinamento universitário seja pelo nível de abstração do conteúdo, seja pelo desempenho nos trabalhos escolar.

Não querendo com isso dizer que o insucesso do estudante é uma questão individual. Para nós o baixo nível de preparação que os estudantes do ensino superior apresentam deve ser pensada no contexto geral do fracasso do sistema do ensino na Guiné-Bissau. O processo de formação dos professores, a prática docente, atualidade dos programas escolares, interesses e disposições dos alunos para aprender, o papel da família e o engajamento do Estado não devem ser dissociados desse contexto geral.

Como vimos pelo depoimento dos professores entrevistados, os estudantes na universidade possuem graves deficiências em língua do ensino a qual é usada para ler, escrever e expor verbalmente as suas ideias. Como podem esses estudantes adquirirem conhecimentos necessários e suficientes para prosseguirem as suas vidas profissionais e contribuir para a transformação da sociedade?

O sistema do ensino tem que ser capaz de oferecer aos alunos antes de ingressarem no ensino superior, além de uma sólida preparação científica em diferentes disciplinas das ciências naturais e sociais, habilidades e competências necessárias para praticarem a escrita e a leitura como possibilidade de alcançarem a autonomia, reflexão e a criticidade, tendo no centro da atenção da política educativa a idade do desenvolvimento da criança.

De acordo com o conhecimento psicológico, a partir de quatro aos catorze anos de idade é a fase que as crianças têm toda a possibilidade de aprendizado.

Depois desta fase torna difícil incutir no indivíduo os valores escolares que foram lhe negligenciados anteriormente na idade adequada para a aprendizagem. É durante esta idade que o aluno é preparado para a autonomia intelectual. Formar ou preparar os alunos para a autonomia intelectual significa que a escola deve preparar os alunos para pensar, para resolver racionalmente os problemas complexos da sociedade. Tornar intelectualmente autônomo requer o desenvolvimento da capacidade de aprender, de refletir, de criticar e investigar ou procurar informações.

Transformar a educação guineense em um sistema educativo preocupado com a questão da autonomia intelectual do aluno significa empreender uma reforma que não pode deixar escapar as questões do currículo e das práticas pedagógicas: um currículo escolar preocupado com o desenvolvimento do pensamento crítico do aluno; Uma prática pedagógica comprometida com a geração do conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, Gomes Augusto. **Escolas Comunitárias da Guiné-Bissau: Sentidos, Relações e Mudanças.** (Dissertação de Mestrado) ISCTE. Lisboa, 2012a.

BARRETO, Maria Antónia. **Reformas recentes no sistema educativo da Guiné-Bissau: Compromisso entre a identidade e a dependência.** Atas do colóquio Internacional Cabo-Verde e Guiné-Bissau- Percursos do saber e da Ciência. Lisboa 21-23 de junho de 2012b.

CANDE, Fátima. **A Língua Portuguesa na Formação de Professores do Ensino Básico da Região de Bafatá, na Guiné-Bissau** (Dissertação de Mestrado) Universidade Nova de Lisboa, 2008.

COUTO, Hildo H. do EMBALO, Filomena. **Literatura, Língua e Cultura na Guiné-Bissau – um país da CPLP.** In PAPIA: Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares, 20, p. 11-253, 2010.

CRUZ, Vera Abdelaziz. **Abordagem Comunicativa- Enfoque na competência oral na Língua Segunda.** O caso da Guiné-Bissau. (Dissertação de Mestrado) Universidade do Porto, 2013.

FERREIRA, Sheila M. M. Os Recursos didáticos no processo de ensino-aprendizagem, monografia, U. J. Piaget de Cabo-Verde, 2007.

FURTADO, Alexandre Brito Ribeiro. **Administração e Gestão da Educação na Guiné-Bissau: Incoerências e descontinuidades.** (Tese de Doutorado). Universidade de Aveiro, 2005.

LUCKESI. Cipriano, et al. **Fazer Universidade: uma proposta metodológica.** 11 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

NEGRÃO, Sónia Maria Vieira. **Eu leio, tu lêes, ele lê.** Somos todos leitores? Revista teoria e prática, Maringá, v.7, n.1, p.83-90, jan./abr. 2004.

OLIVEIRA, Ana Arlinda de. **Práticas de leitura de estudantes do curso de Pedagogia.** Disponível em:
<http://www.alb.com.br/anais16/sem12pdf/sm12ss01_05.pdf>. Acesso em:

PRAÇA, Marco (org). **Um Encontro para a construção de um Pensamento Crítico. Cartas à Educação.** Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

SEMEDO, Odete. **Educação como direito.** O Estado da Educação Na Guiné-Bissau, Revista Guineense de Educação e Cultura, 1 pp.14-27, 2011.